



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

PROCESSO Nº 45.027/2016

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2016/ 2ª Edição

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, através do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, por intermédio do Pregoeiro e equipe de apoio, designados pela Portaria nº035/2013 - GABEX, de 01/11/2013, torna publico para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço, para contratação de pessoa física para prestação dos serviços de assessoria na estruturação de leilões públicos, presenciais ou eletrônicos, para a venda de bens móveis inservíveis ao município, regido pela Lei n.º 10.520 de 17/07/02, Decreto Municipal 9.329, de 20/11/2006, Lei Federal 8.666 de 21.06.1993, Lei Complementar 123 de 14/12/2006 e demais condições fixadas neste instrumento convocatório, e ainda em conformidade com os termos e condições do presente edital, devendo os envelopes de proposta (envelope nº 01) e de documentação (envelope nº 02) serem entregues na sessão de abertura do pregão, a realizar-se às **09;30 (nove horas e trinta minutos) hs do dia 24 de fevereiro de 2017**, no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, situado na General Bacelar, nº 264 - Centro, nesta, tendo início nesse horário o credenciamento dos interessados seguido da abertura dos envelopes de PROPOSTAS.

1 – DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa física devidamente credenciada pela Junta Comercial, visando, através da realização de leilões públicos, a alienação de bens móveis inservíveis ao Município do Rio Grande, assim como assessoria na estruturação dos leilões, principalmente quanto ao levantamento dos bens, às suas avaliações, a elaboração e publicação dos editais, devendo, ainda, realizar a divulgação (propaganda e marketing) dos leilões e todos os procedimentos decorrentes do mesmo, tais como: atas, relatórios e recibos de arrematação e conclusão do mesmo, tudo de conformidade com as especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência** à este edital.

2 – DAS CONSULTAS AO EDITAL E DOS ESCLARECIMENTOS

2.1 Cópia deste instrumento convocatório estará disponível na internet, no sítio desta Prefeitura, no endereço www.riogrande.rs.gov.br, assim como quaisquer esclarecimentos sobre esta licitação deverão ser solicitados, via e-mail, para claircompras@riogrande.rs.gov.br, ou por escrito diretamente ao Pregoeiro, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis antes do recebimento dos envelopes; as respostas serão colocadas no sítio da Prefeitura, via portal “editais e licitações”, assim como via email fornecido pela solicitante.

2.2 As pessoas e/ou representantes que acessarem o instrumento convocatório via internet e tiverem interesse em participar do certame, se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo no sítio acima descrito e publicações em jornais quando for o caso,



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

com vista a possíveis alterações e avisos.

3 – DO CREDENCIAMENTO

3.1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições constantes deste edital.

3.2 Instaurada a sessão, no dia, hora e local indicados no preâmbulo deste Edital, deverão ser entregues diretamente ao pregoeiro (a):

a) O documento de credenciamento - Anexo II e declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação - Anexo III.

3.3 – O proponente/representante deverá se apresentar para credenciamento, junto ao pregoeiro, devidamente munido de documento que o credencia a participar deste certame e a responder pela licitante, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

3.3.1 - A condição de preposto deverá ser comprovada através de procuração que deverá ter firma reconhecida em cartório, e conter os poderes para formular verbalmente **lances de preços**, e praticar todos os demais atos pertinentes à licitação, em nome da licitante, procuração esta devidamente acompanhada da cópia da inscrição ou credenciamento na Junta Comercial. Poderá ser utilizado, em substituição a procuração, o modelo anexo II a este edital, **desde que tenha firma registrada em cartório.**

3.3.2 – A condição de titular deverá ser comprovada através da cópia da inscrição ou credenciamento na Junta Comercial.

3.3.3 - Não poderá participar do certame a licitante que não enviar um representante legal ou procurador para representá-la no processo licitatório.

3.3.4 - É vedada a representação de mais de uma licitante por um mesmo representante legal ou procurador no processo licitatório, sob pena de exclusão das licitantes do processo.

3.3.5 - É vedada a representação de mais de um representante legal ou procurador por licitante no processo licitatório.

3.4 - As credenciais e a declaração de que tratam o subitem 3.2 devem ser apresentadas em separado dos envelopes n^{os} 01 e 02 e serão anexadas ao processo.

4 – DA ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1 Encerrado o credenciamento, as proponentes credenciadas deverão entregar ao Pregoeiro(a) 02 (dois) envelopes distintos e lacrados, contendo a Proposta e os Documentos de Habilitação da licitante. Os envelopes devem ser dirigidos à Prefeitura do Rio Grande, e identificados com o nome, a denominação ou a razão social do licitante, a modalidade e o número desta licitação conforme modelo abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO 01: PREGÃO PRESENCIAL N^o 064/2016 – 2^a EDIÇÃO SERVIÇO
DE ASSESSORIA EM LEILÕES PÚBLICOS
PROPOSTA DE PREÇO
PROPONENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

**INVÓLUCRO 02: Nº 064/2016 – 2ª EDIÇÃO SERVIÇO DE ASSESSORIA EM
LEILÕES PÚBLICOS
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:**

4.2. A ausência do Credenciado sem autorização em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão do licitante por ele representado.

4.3 - Fica ciente o licitante que o (a) Pregoeiro (a) não se responsabilizará por qualquer atraso do representante para início da sessão.

4.3.1 – Após o horário previsto para abertura da sessão não será aceito em hipótese alguma a participação no certame de empresa que não se fez representar para o início da sessão conforme data e horário descritos no preâmbulo deste Edital.

5- DA PROPOSTA DE PREÇO CORRESPONDENTE AO ENVELOPE Nº 1

5.1 As propostas comerciais deverão ser datilografadas ou impressas, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, observado o modelo constante do Anexo IV, deste edital, e deverão conter:

5.1.1 Nome, número do CPF, endereço, telefone e email (correio eletrônico) da proponente;

5.1.2 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;

5.1.3 Declaração de que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, despesas quanto à prestação dos serviços, tais como: estadia (hospedagem e alimentação), viagens, divulgação e publicação do edital e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto da presente licitação.

6 - DOS ESCLARECIMENTOS RELATIVOS À PROPOSTA

6.1 A Contratante repassa para a Contratada todos os ônus e responsabilidades quanto aos atos necessários para que a alienação dos bens seja cumprida, não restando à Administração Pública Municipal nenhuma obrigação atinente ao processo de alienação, senão aquelas previstas em contrato.

6.2 A proposta de preço a ser apresentada pelas licitantes refere-se à comissão devida pelo Município do Rio Grande pelo total dos serviços a serem contratados e obedecerá, na forma do caput do art. 24 do Decreto Federal nº 21.981/1932, o limite percentual máximo de 5(%) do preço de arrematação dos bens, sendo admitida taxa zero para a devida comissão.

6.3 Ressalta-se que do leilão a ser realizado, a Contratada receberá do arrematante 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado, conforme determinação do parágrafo único do artigo 24 do Decreto Federal nº 21.981/1932.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

6.4 As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofereçam apenas o solicitado no objeto desta licitação.

6.5 A apresentação da proposta pela licitante indica pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições deste instrumento e total sujeição à legislação pertinente.

7 - DA HABILITAÇÃO CORRESPONDENTE AO ENVELOPE Nº 02

7.1 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou qualquer processo de cópia autenticada através de cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

7.2 Para habilitação a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1 Cópia da Carteira de Identidade(RG) e do Cadastro de Pessoas Físicas(CPF).
REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.2.2 – Prova de regularidade junto à Fazenda do Município sede ou domicílio do licitante: Certidão Negativa de Débito ou equivalente.

7.2.3 – Comprovante de inscrição no INSS, como autônomo(NIT) ou comprovante de inscrição no PIS/PASEP

7.2.4 – Comprovante de inscrição e situação de regularidade com o CPF(Cadastro de Pessoas Físicas).

7.2.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débito Trabalhista, conforme Lei 12.440/2011.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.2.7 - Comprovação de aptidão para a execução dos serviços licitados, mediante apresentação de pelo menos 01(um) atestado demonstrando compatibilidade com o objeto desta licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo, necessariamente, a especificação dos serviços realizados.

7.2.8 - Cópia da inscrição ou credenciamento na Junta Comercial do Estado sede ou domicílio, como leiloeiro oficial.

7.3 –DECLARAÇÕES

7.3.1 Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme anexo V.

7.3.2 Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art.27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos – Modelo Anexo VI

7.3.3 Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) exercente de cargo, função ou emprego na Administração Pública Municipal - Modelo Anexo VII.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

8 - DOS ESCLARECIMENTOS SOBRE A HABILITAÇÃO

- 8.1** Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em uma única via,
- a) em original (não serão devolvidos)
 - b) por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo (a) Pregoeiro (a), por membro da Comissão,
 - c) ou publicação em órgão da imprensa oficial,
 - d) vedada sua apresentação através de cópia produzida via fax ou cópia ilegível.
 - e) os documentos que forem emitidos via Internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites.
- 8.2-** Os documentos que não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor somente serão válidos desde que tenham sido expedidos, no máximo, dentro dos 60 (sessenta) dias anteriores à data fixada para o recebimento dos envelopes, deste Edital.
- 8.3-** Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital.

9 – DO REGULAMENTO DE SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA

- 9.1** Encerrado o credenciamento, a identificação dos representantes das proponentes e a entrega dos envelopes, o Pregoeiro (a) dará prosseguimento a sessão do PREGÃO para a seleção da proposta mais vantajosa, exercendo as seguintes atribuições:
- 9.1.1** Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
 - 9.1.2** Responder as questões formuladas pelas proponentes, relativas ao certame;
 - 9.1.3** Abrir as propostas de preços;
 - 9.1.4** Analisar a aceitabilidade das propostas;
 - 9.1.5** Desclassificar propostas indicando os motivos;
 - 9.1.6** Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
 - 9.1.7** Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar e declarar o vencedor;
 - 9.1.8** Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
 - 9.1.9** Elaborar a ata da sessão;
 - 9.1.10** Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.
- 9.2** O julgamento e a classificação das propostas obedecerão às normas constantes dos itens subsequentes:
- 9.2.1** Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo;
 - 9.2.2** O Pregoeiro(a) classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais;
 - 9.2.3** Se não houver, no mínimo 03 (três) propostas de preço nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro(a) classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

9.3 O oferecimento de lances verbais obedecerá às disposições dos itens subsequentes:

9.3.1 Às licitantes classificadas, será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais;

9.3.2 Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances;

9.3.3 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

9.4 Encerradas atividades descritas nos tópicos anteriores, o Pregoeiro conduzirá o certame para a fase de julgamento.

9.4.1 O critério de julgamento será o de menor preço apresentado.

9.4.2 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

9.4.2.1 Caso não se realize lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

9.4.2.2 Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu percentual seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

9.4.3 Aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação da condição de habilitação.

9.4.4 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

9.4.5 Se a proposta não for aceitável ou se a proponente não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação da proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

9.4.6 Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro(a) deverá negociar para que seja obtido um melhor preço.

9.5 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro(a), Equipe de Apoio, e pelas licitantes.

9.6 Para efeito de julgamento, serão desprezados os valores a partir da terceira casa decimal.

9.7 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital.

9.8 O Pregoeiro(a), no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo.

9.9 Em caso de suspensão da sessão do Pregão, os documentos ficarão sob a guarda do Pregoeiro, para exibição na data a ser marcada para realização da sessão de prosseguimento do Pregão.

10 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

10.1 Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer cidadão ou licitante, no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, dirigidas ao Pregoeiro da Prefeitura do Rio Grande.

10.2 Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

10.3 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, importará a decadência do direito de recurso.

10.4 Apresentada a intenção de recurso será assegurada vista dos autos através de solicitação registrada em protocolo próprio do GCLC.

10.5 A decisão acerca das impugnações e recursos interpostos será comunicada a todas as licitantes via correio eletrônico, assim como na internet, no sítio desta Prefeitura, no endereço www.riogrande.rs.gov.br, devendo as licitantes acompanharem as publicações referentes ao processo no sítio acima descrito.

10.6 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7 Os recursos e respectivas impugnações cabíveis deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

a) Ser dirigido ao Chefe do Gabinete de Compras Licitações e Contratos, aos cuidados do Pregoeiro, no prazo de 3 (três) dias, conforme estabelecido no item 10.2 acima;

b) Ser dirigido ao Chefe do Gabinete de Compras Licitações e Contratos, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666/93;

c) Ser apresentado em uma via original, datilografada ou emitida por computador, contendo razão social, CNPJ e endereço, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado;

d) Ser protocolizado no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, situado na General Bacelar, nº 264 – Centro;

10.8 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos interpostos após o respectivo prazo legal, e/ou subscrito por representante que não comprove poder de representação legal.

10.9 A Prefeitura do Rio Grande não se responsabilizará por memoriais de recursos e impugnações endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos das citadas neste instrumento, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

11 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 Inexistindo manifestação recursal o Pregoeiro adjudicará o objeto a licitante vencedora, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.

11.2 Impetrado o recurso, após decisão, o Pregoeiro divulgará a decisão, competindo à autoridade adjudicar o objeto à licitante vencedora e homologar o procedimento licitatório.

12 – DO PAGAMENTO



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

12.1 Cabe ao arrematante o pagamento à Contratada de 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor do bem leilado e pago integralmente junto com o valor do bem arrematado.

12.2 Cabe a Prefeitura Municipal do Rio Grande o pagamento à Contratada de ____% (____) referente ao valor do contrato conforme estipulado na cláusula segunda.

12.3 Os valores mencionados nos itens 12.1 e 12.2 serão descontados diretamente na prestação de contas a ser apresentada pela Contratada.

13 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 A inexecução total ou parcial do objeto licitado sujeitará a contratada às seguintes penalidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

a) advertência.

b) multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.2 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município, e será descredenciada do Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

14 – DO CONTRATO

14.1 - O contrato a ser firmado entre a Prefeitura Municipal do Rio Grande e o adjudicado, obedecerá ao modelo constante do ANEXO VIII, **terá a duração de 12(doze) meses, contados de sua assinatura** e se subordinará à legislação que rege a matéria.

14.2 - Farão parte integrante do contrato todos os documentos constituintes do processo da presente licitação, independentemente de transcrição, inclusive a proposta vencedora desta licitação.

14.3 – O município do Rio Grande reserva-se no direito de cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº. 8.666/93, se os serviços estiverem em desacordo com o previsto neste edital.

14.4 A Prefeitura do Município do Rio Grande poderá proceder alterações contratuais nas condições previstas nos artigos. 58 e 65 da Lei Nº 8.666/93.

11.5 A vencedora do certame deverá disponibilizar e indicar, junto à sua proposta, o endereço eletrônico de e-mail para receber o contrato e eventuais termos aditivos em arquivo com extensão “.pdf”. Recebido o arquivo, a vencedora deverá realizar a impressão do mesmo, em três vias, rubricar todas as páginas e assinar ao final, enviando-as ao Contratante, no prazo de até 05(cinco) dias úteis, estando a mesma sujeita às penalidades legais no caso de recusa da assinatura ou o envio dentro do prazo previsto.

15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

15.1 Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Credenciamento;

Anexo III – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;

Anexo IV – Modelo Apresentação de Proposta;

Anexo V – Modelo de Declaração de Fato Impeditivo;

Anexo VI – Declaração que não emprega Menor;

Anexo VII- Declaração de não funcionário Público Municipal

Anexo VIII – Minuta de Contrato.

15.2 A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação ou inabilitação da proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

15.3 Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

15.4 O Pregoeiro, no estrito interesse da Administração Municipal de Rio Grande, poderá adotar

medidas saneadoras durante a realização do certame e, em especial na Sessão do Pregão, e relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto às licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93;

15.4.1 Se houver solicitação de documentos em diligências, estes deverão ser apresentados em

original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio.

15.4.2 O não cumprimento da diligência no prazo determinado poderá ensejar a inabilitação da licitante ou a desclassificação da proposta.

15.5 O edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

15.6 Será dada vista às proponentes interessadas tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.

15.7 É vedado à licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

15.8 É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o objeto da licitação.

15.9 A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, na forma da legislação aplicável.

15.10 A Prefeitura do Rio Grande poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

15.11 Para atender a seus interesses, a Prefeitura do Rio Grande reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados,



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal nº. 8.666/93.

15.12 A divulgação de informações referentes a esta licitação e os resultados de habilitação, de julgamento das propostas e de recursos interpostos serão publicados no portal desta prefeitura – www.riogrande.rs.gov.br .

15.13 Os casos omissos neste edital serão resolvidos nos termos da Lei nº 10.520/2002, aplicando-se supletivamente a Lei nº 8.666 de 21.06.1993.

15.14 O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 10 de fevereiro de 2016.

Clair Vieira Wanglon
Pregoeiro